



## CIÊNCIAS DA SAÚDE

# A pessoa com deficiência intelectual e a formação de professores de Educação Física: uma revisão bibliográfica.

*The person with intellectual disability and the training of physical education teachers: a bibliographic review.*

Fabiane de Oliveira Dorneles<sup>1</sup>; Tuany Defaveri Begossi<sup>2</sup>; Janice Zarpellon Mazo<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente estudo teve por objetivo verificar a produção de conhecimento acerca da formação de professores de educação física para atuação junto das pessoas com deficiência intelectual. Para sua realização, procedeu-se a coleta de artigos em revistas eletrônicas da área da Educação Física e da Educação Especial, como também em livros, uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado. As informações obtidas por meio da revisão bibliográfica apontaram que medidas legais foram sendo estabelecidas para atender e incluir as pessoas com deficiência no contexto escolar. Estas medidas se deram, sobretudo, a partir da alteração dos programas de formação de professores. No entanto, no que concerne, especificamente, à formação de professores de educação física para atuação junto das pessoas com deficiência intelectual, a literatura consultada ainda carece de registro e aprofundamento, uma vez que, grande parte das pesquisas localizadas se dedicam a descrever características das síndromes que apresentam de alguma forma, características relacionadas com a deficiência intelectual e não ampliam suas análises para a inserção destas pessoas em contextos sociais, tais como a escola.

**Palavras-chave:** *deficiência intelectual; educação física; formação profissional.*

## ABSTRACT

*The present study aimed to verify the production of knowledge about the training of physical education teachers to work with people with intellectual disabilities. For its accomplishment, articles were collected in electronic journals in the area of Physical Education and Special Education, as well as in books, a master's thesis and a doctoral thesis. The information obtained through the literature review pointed out that legal measures were being established to meet and include people with disabilities in the school context. These measures were mainly due to the change in teacher training programs. However, with regard specifically to the training of physical education teachers to work with people with intellectual disabilities, the literature consulted still lacks registration and deepening, since, a great part of the localized research is dedicated to describing characteristics of the Syndromes that somehow present characteristics related to intellectual disability and do not extend their analysis to the insertion of these people into social contexts, such as school.*

**Keywords:** *intellectual disability; physical education; professional training.*

<sup>1</sup>; <sup>2</sup>; <sup>3</sup> UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS – Brasil.

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a década de 1950 pode ser considerada um marco com relação às iniciativas voltadas às pessoas com deficiência. Neste período ocorreram as primeiras sistematizações direcionadas ao esporte adaptado no país. A despeito das ações pioneiras terem como enfoque, principalmente, a reabilitação, autores assinalam este momento histórico como o início do movimento paralímpico em nosso país (ARAÚJO, 1997; COSTA; SOUSA, 2004; MELLO; WINCKLER, 2012).

Em paralelo a este contexto, a Educação Física brasileira era vista com a finalidade de melhorar a aptidão física das pessoas (BRASIL, 1971; MAGALHÃES, 2005). Em razão desta característica, eram praticamente inexistentes espaços e ações que se destinassem a prática não convencional, ou seja, iniciativas voltadas ao esporte adaptado e/ou esporte paralímpico. Diante disso, há indícios de que as primeiras práticas esportivas desenvolvidas por pessoas com deficiências partiram de organizações fundadas pelos próprios deficientes não havendo, portanto, a participação de profissionais de Educação Física (ARAÚJO, 1997; BEGOSSI, 2015; MAZO; CARMONA; HATJE, 2015).

Eram raras as situações em que havia o envolvimento de professores(as) de Educação Física na promoção da prática esportiva para pessoas com deficiência. Além disso, a maior parte das iniciativas abarcou apenas pessoas com determinada limitação física. No caso das práticas de atividades físicas e esportivas para as pessoas com deficiências intelectuais parece que as ações foram um tanto tardias em relação às demais.

O atendimento a pessoa com deficiência intelectual pela área da Educação Física teve início por meio da Lei n. 9.394 de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) (BRASIL, 1996). Esta normativa determinou o atendimento às pessoas com deficiências (PCD's) no sistema regular de ensino e criou a modalidade de Educação Especial, a qual se destina aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996; 2013). Por meio de uma imposição jurídica as pessoas com deficiência intelectual (PCDI) passaram a ter o direito de usufruir de atividades físicas e práticas esportivas em âmbito educacional.

Tais mudanças repercutiram, mesmo que de forma gradual, na ampliação do campo de atuação dos profissionais de Educação Física. Em decorrência disso, exigiu-se uma formação com vistas ao atendimento deste público em âmbito escolar. Diante disso, o objetivo deste estudo foi verificar a produção de conhecimento acerca da formação de professores de Educação Física para atuação junto das pessoas com deficiência intelectual.

## 2. MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica realizada por meio da busca e análise de artigos científicos, uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado. A delimitação inicial do estudo foi definida por meio da localização do primeiro artigo referente à temática pesquisada, veiculado nos periódicos selecionados. Em razão disso, o ano de 2001 delimita o estudo e, ao mesmo tempo é tido como um dos resultados obtidos através do desenvolvimento da pesquisa. A busca bibliográfica estendeu-se até 2015, ano que delimita o final do estudo. Os artigos selecionados para a pesquisa estão disponibilizados em revistas científicas, de formato eletrônico, da área da Educação Física que se qualificam no Qualis/Capes (2015) entre o estrato de B2 até B4. Ressaltamos que não foram localizados estudos sobre a temática abordada, em revistas científicas da

área de Educação Física, com estratos A1, A2, B1, B5 e C. A seleção de artigos também se deu em revistas científicas em formato eletrônico da área da Educação Especial, as quais se qualificam no Qualis/Capes (2015) com estratos A2, B2 e B4. Destacamos que, neste caso, não foram localizados estudos em revistas de estrato A1, B1, B3, B5 e C, publicados durante o período delimitado para a pesquisa.

A pesquisa bibliográfica nesses periódicos iniciou pela busca de estudos sobre a formação de profissionais de Educação Física, sendo refinada, posteriormente, pela investigação acerca da atuação desses profissionais junto das PCD's. Na sequência, o foco da pesquisa passou a ser a deficiência intelectual. Na seleção dos trabalhos foram utilizadas as seguintes palavras-chave: formação de profissionais de Educação Física; pessoas com deficiência intelectual; e atividade física para pessoa com deficiência intelectual.

A busca de estudos publicados em revistas eletrônicas da área da Educação Física resultou na localização de 17 artigos. De extrato B2, foram localizados seis trabalhos, sendo um (1) na Revista Motriz, um (1) na Revista Movimento, um (1) na Revista Brasileira de Ciências do Esporte e, três (3) na Revista da Educação Física/UEM. Em periódicos eletrônicos de extrato B3, foram localizados dois (2) estudos, ambos publicados pela Revista Pensar a Prática. No que concerne aos trabalhos publicados em revistas de Qualis B4, localizamos nove (9) trabalhos, sendo sete (7) vinculados na Revista da Sobama, um (1) na Revista Kinesis e, um (1) na Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte.

A análise de estudos publicados em revistas eletrônicas da área de Educação Especial totalizou nove (9) trabalhos. Destes, dois (2) situam-se na Revista Brasileira de Educação Especial, que possui Qualis A2. Outros seis (6) foram localizados na Revista Educação Especial, classificada como B2 e, um (1) artigo foi localizado na Revista Benjamin Constant, de extrato de B4.

Para além da busca realizada em revistas científicas eletrônicas, efetuou-se uma pesquisa no sistema de busca eletrônica do Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), objetivando localizar teses e dissertações que tratassem do assunto em questão, utilizando as mesmas palavras-chave da investigação realizada nas revistas. Esta busca localizou uma (1) dissertação de mestrado e uma (1) tese de doutorado. Para além destes referenciais, foram consultados cinco (5) livros que tratam sobre a temática das PCD's, a fim de identificar e conceituar determinadas deficiências.

No quadro abaixo, destacamos o resultado da pesquisa bibliográfica destacando, conforme o ano de publicação do mais antigo para o mais atual, os autores, as revistas científicas e ano de publicação dos artigos localizados, além dos autores, títulos e ano de publicação dos livros, da dissertação de mestrado e da tese de doutorado consultadas para elaboração deste estudo.

**Quadro 1:** Resultado da pesquisa bibliográfica.

<b>REVISTAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA</b>		
Autores	Revistas	Ano de publicação
ORNELAS, M.A.; SOUZA, C.	Revista da Educação Física/UEM	2001
SILVA, D.R.; FERREIRA, J.S.	Revista da Educação Física/UEM	2001
FILUS, J.; MARTINS JUNIOR, J.	Revista da Educação Física/UEM	2004
SOUZA NETO, S.; et al.	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	2004
FALKENBACH, A.P.; CHAVES, F.E.; NUNES, D.P.; NASCIMENTO, V.F.	Revista Movimento	2007
FURLAN, S.; MOREIRA, V.A.V.; RODRIGUES, G.M.	Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte	2008
FURTADO, R.P.	Revista Pensar a Prática	2009
ALMEIDA, M.M.; FORMIGA, C.K.M.R.	Revista Motriz	2010
REIS FILHO, A.D.; SCHULLER, J.A.P.	Revista Pensar a Prática	2010
PALMA, L.E.; MANTA, S.W.; LEHNHARD, G.R.; MATTHES, S.E.R.	Revista da Sobama	2012
SANTOS, E.O.; et al.	Revista da Sobama	2013
VIEIRA, M.M.; REIS, M.O.; ALEIXO, I.M.S.	Revista da Sobama	2013
ARREBOLA, T.L.C.C.; MARQUEZINE, M.C.; FUJISAWA, D.S.	Revista da Sobama	2014
CHICON, J.F.; SÁ, M.G.C.S.; FONTES, A.S.	Revista da Sobama	2014
CRUZ, G.C.; EL TASSA, K.O.M.; SCHNECKENBERG, M.	Revista da Sobama	2014
FREGOLENTE, G.; PRADO JUNIOR, M.V.	Revista da Sobama	2015
SCHMITT, J.A.; BORELLA, D.R.; HARNISCH, G.S.; STORCH, J.A.	Revista Kinesis	2015
<b>REVISTAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>		
ZULIAN, M.S.; FREITAS, S.N.	Revista Educação Especial	2001
KRUG, H.N.	Revista Educação Especial	2002
OLIVEIRA, L.; et al.	Revista Educação Especial	2002
CRUZ, G.C.; RAZENTE, D.M. R.; MANGABEIRA, E.M.C.	Revista Brasileira de Educação Especial	2003
TAVARES, J.E.B.; KRUG, H.N.	Revista Educação Especial	2003
FRANCO, J.R.; DIAS, T.R.S.	Revista Benjamin Constant	2005
CONCEIÇÃO, V.J.S.; KRUG, H.N.	Revista Educação Especial	2009
CRUZ, G.C.; LEMISHKA, I.	Revista Educação Especial	2010
LOPES, E.; MARQUEZINE, M. C.	Revista Brasileira de Educação Especial	2012
<b>LIVROS</b>		
Autor	Título	Ano de publicação
WINNICK, J.P.	Educação física e esportes adaptados	2004
DIEHL, R.M.	Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência	2006
SILVA, R.F.; SEABRA JUNIOR, L.; ARAÚJO, P.F.	Educação física adaptada: da história a inclusão	2008
TEIXEIRA, L.	Atividade física adaptada e saúde: da teoria à prática	2008
MELLO, M.T.; WINCKLER, C.	Esporte paralímpico	2012
<b>DISSERTAÇÃO DE MESTRADO</b>		
SOUZA, L.C.	Formação de professores no curso de educação física da UEPA: a inclusão escolar de pessoas com deficiência.	2014
<b>TESE DE DOUTORADO</b>		
BORELLA, D.R.	Atividade física adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de educação física.	2010

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As informações resultantes da busca bibliográfica nos permitiram dividir o estudo em dois principais tópicos, a saber: A formação profissional em Educação Física e a pessoa com deficiência; A pessoa com deficiência intelectual.

### 3. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A formação profissional em Educação Física (EF) tem passado por inúmeras mudanças desde o seu estabelecimento no campo. Este aspecto é evidenciado pela busca de uma identidade própria desde a estruturação inicial das instituições formadoras de profissionais. Estas, por sua vez, originaram-se no Brasil em centros militares e da marinha, os quais adotavam como ferramenta de ensino, inicialmente, o Método de Ginástica Alemão (SILVA, SEABRA JUNIOR, ARAÚJO, 2008).

O ano de 1941 também pode ser considerado um marco para o campo da formação de professores de EF no Brasil. Foi a partir deste período que houve a exigência do diploma de graduação para o exercício da profissão de professor(a) de EF. Posteriormente, mudanças de ordem curricular também foram instituídas neste âmbito formativo. O Decreto-Lei nº 8.270 de 1945, por exemplo, alterou a duração dos cursos de formação de dois para três anos, demarcando mudanças de ordem quantitativa no currículo, a partir do aumento da carga horária das disciplinas (BRASIL, 1945).

Segundo Silva e colaboradores (2008) e Borella (2010), no ano de 1987 houve uma nova reforma curricular que repercutiu na formação do(a) professor(a) de EF. Em decorrência de uma série de discussões sucedidas entre os anos de 1978 e 1986, estabeleceu-se a Resolução Federal n. 03, no ano de 1987. Nesta normativa foram instituídas alterações com relação à formação profissional, a saber: autonomia às Instituições de Ensino Superior (IES) para estabelecer seus currículos de acordo com as peculiaridades regionais; criação de dois cursos de formação inicial em EF - Licenciatura e Bacharelado; aumento da carga horária dos cursos de Licenciatura e Bacharelado a serem cumpridas em tempo mínimo de quatro anos (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1987).

Na década seguinte, o ano de 1994 é outra data marcante na formação de professores(as) de EF, especialmente, no que concerne a atuação junto às pessoas com deficiências (PCD's). Desta forma, atendendo a Medida Provisória n. 765, de dezembro de 1994, que recomendava a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da "pessoa portadora de necessidades especiais"<sup>2</sup>, nos cursos de Ciências da Saúde, onde se inclui a EF, é estabelecida a Portaria n. 1.793 de dezembro de 1994, do Ministério da Educação e do Desporto (BRASIL, 1994a, 1994b). Esta Portaria reforçou de certa maneira, a Resolução n. 03 de 1987, que sugeriu a inclusão de uma disciplina referente à PCD's nos cursos superiores (SILVA, SEABRA JUNIOR, ARAUJO, 2008).

A partir da publicação da LDB em 1996 e da Lei n. 9.696 de 1998, a qual regulamenta a atuação profissional em EF observou-se um novo desenho curricular para a área da educação (BRASIL, 1996; 1998). Ademais, também se iniciou a estruturação de um delineamento para o campo de formação e intervenção profissional da EF (SOUZA NETO et al., 2004). Assim, novas perspectivas anunciavam-se para a inclusão das pessoas com deficiência e consequente necessidade de profissionais especializados para a atuação.

No que concerne às políticas educacionais inclusivas, destacamos a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno n. 01 de 2002. Esta normativa estabeleceu as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, definindo que as instituições de ensino superior previssesem, em sua organização curricular, uma formação profissional voltada à diversidade e que contemplassem conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com deficiência. Dessa maneira, podemos observar que, paulatinamente, a formação superior, seja em EF ou mesmo em outras áreas de conhecimento, vem sendo orientada com relação à reformulação e implementação de seus currículos buscando atender, minimamente, as determinações legais (SOUZA, 2014).

Ainda seguindo o traçado das normativas estabelecidas de forma legal, no ano de 2005 aprovou-se o Decreto n. 5.626, que dispôs sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a qual se tornou disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores(as), em nível médio e superior (BRASIL, 2005; SOUZA, 2014). Apesar de ter obtido respaldo da legislação educacional, garantindo a obrigatoriedade de disciplinas abordarem aspectos relacionados às PCD's, observa-se que ainda há lacunas na formação profissional, especialmente, no campo da EF.

Cruz (2001) ao tratar da adequação dos cursos de formação profissional no que se referem aos conteúdos voltados às PCD's, considera que esta parcela da população seria mais bem integrada aos diferentes contextos sociais se pudesse contar com um trabalho direcionado e desempenhado por profissionais preparados na área. Além disso, no que concerne a EF, o referido autor evidencia que a temática da atividade física voltada às PCD's deveria ser parte da formação de profissionais na graduação e não ocupar apenas uma única disciplina para "dar conta do recado". Ao contrário disso, sugere tratar com mais profundidade conceitos sobre as distintas deficiências, bem como desenvolver estratégias para atender esta população (CRUZ, 2001).

Neste mesmo caminho, destacamos o estudo desenvolvido por Vitaliano (2007) com professores universitários do campo da Educação. Os docentes participantes do estudo afirmaram que os alunos finalizam sua graduação tendo a sensação de não estarem preparados para promover a inclusão em suas salas de aulas. Os alunos, por sua vez, justificam esta situação em razão da falta de disciplinas sobre o assunto. De tal modo, destacam que a oferta de apenas uma disciplina voltada ao desenvolvimento de conteúdos vinculados a Educação Especial em seu currículo, na maioria das vezes com carga horária insuficiente, não os preparam, minimamente, para atuação no campo. Aliado a esta situação, somam-se ainda a ausência de estágio curricular em escolas inclusivas e o despreparo dos docentes.

Em outro estudo que buscou verificar a percepção de acadêmicos de EF com relação a sua formação para atuação junto aos alunos com deficiência, Schmitt et al. (2015), a partir de uma pesquisa bibliográfica, compreenderam que para ser alcançada a inclusão de alunos com deficiência na área de EF, não basta que haja no currículo de formação uma disciplina específica, que abarque esta temática. Para os autores, é necessário que a grade curricular como um todo abarque a diversidade enquanto conteúdo a ser ensinado, buscando preparar os futuros profissionais para o trabalho com a inclusão em diferentes contextos, seja no ambiente educacional ou no espaço de lazer.

Estudos (Cruz, 2001; Schmitt et al, 2015) evidenciam que, a partir do momento em que se assinalar a inclusão de informações sobre as PCD's em disciplinas comuns do curso de graduação, o professor de EF terá um suporte inicial para enfrentar as demandas sociais relacionadas ao tema da deficiência e da inclusão. Esse embasamento, segundo Filus e Martins Junior, (2004, p. 82), "irá ao encontro das suas necessidades", quando os profissionais "adentrarem nesse mercado de trabalho". Assim, a ação da Educação Física não se restringe apenas às aquisições motoras, mas, ao contrário, pode ser um



dos elementos para que as PCD's conheçam seu corpo e busquem desenvolver ao máximo suas capacidades cognitivas, afetivas e motoras. Nesse caminho, segundo Silva e Ferreira (2001, p. 75), a Educação Física "adquire um papel importante na medida em que pode estruturar um ambiente facilitador e adequado para o indivíduo, oferecendo experiências que vão resultar num grande auxiliar de seu desenvolvimento". Desta forma, é possível supor que através da exploração e da vivência de infinitas possibilidades proporcionadas pela Educação Física, as PCD's podem desenvolver aspectos educacionais e sócio-afetivos.

#### 4. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O movimento de inclusão das pessoas com deficiências (PCD's) na sociedade é caracterizado por um processo lento. As discussões sobre esta conjuntura, por sua vez, foram aos poucos se tornando pauta em âmbito mundial e os discursos proferidos carregavam em seu interior influências de distintas ordens, tais como sociais, morais, filosóficas, éticas e religiosas. A década de 1980, entretanto, é considerada um período significativo, especialmente em razão do estabelecimento do "Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência" pela Organização das Nações Unidas (ONU) (SILVA; SEABRA JUNIOR; ARAUJO, 2008).

Nesse contexto, encontros internacionais foram realizados e, progressivamente, uma série de documentos elaborados com o intuito de orientar as ações, principalmente, nos países em desenvolvimento. Dentre os pontos estabelecidos nesses encontros, estava o tópico da uniformização das terminologias referentes às PCD's. A deficiência intelectual (DI) por um longo período foi denominada "doença mental", sendo esta terminologia fortemente influenciada pelos conhecimentos da medicina. Para além deste, outros tantos termos foram utilizados para referirem-se as pessoas com deficiência intelectual (PCDI), tais como idiota (século XIX); debilidade mental e infradotação (início do século XX); imbecilidade e retardo mental – com níveis: leve, moderado, severo e profundo – e déficit intelectual/cognitivo (final do século XX); e deficiência mental (final do século XX e início do século XXI) (LOPES; MARQUEZINE, 2012).

A substituição da expressão "deficiência mental" por "deficiência intelectual" justifica-se, segundo Lopes e Marquezine (2012), em razão do termo "intelectual" referir-se, especialmente, ao funcionamento do intelecto e não ao comprometimento de todas as ações da pessoa. Para Sasaki (2004), este argumento também pode auxiliar na compreensão e distinção de duas expressões com significados distintos, mas que têm gerado confusão: a deficiência mental<sup>3</sup> e a doença mental<sup>4</sup>.

A PCDI até pouco tempo, era caracterizada por apresentar nível de inteligência abaixo da média, sendo este identificado através de testes que avaliavam o raciocínio lógico. Os chamados "Testes de QI" (quociente de inteligência) funcionavam como verdadeiras sentenças, uma vez que, um simples resultado abaixo do esperado atestava que o indivíduo apresentava Deficiência Intelectual (DI) (TEIXEIRA, 2008; DIEHL, 2006). Recentemente, no entanto, um resultado abaixo da média em um dos referidos testes, não é o suficiente para atestar que uma pessoa é deficiente intelectual. Esta definição tornou-se mais ampla e, em razão disso, evita de alguma forma, classificações injustas e imprecisas.

Diante disso, a DI é definida, segundo a Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), como o estado de redução notável do funcionamento intelectual, significativamente abaixo da média esperada para determinada faixa

etária, oriundo no período de desenvolvimento. Todavia, deve estar associado às limitações de pelo menos dois dos dez aspectos do funcionamento adaptativo ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade em comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994; DIEHL, 2006; TEIXEIRA, 2008).

O formato de classificação das PCDI foi alterado pela AAMR no ano de 1992. Assim, de quatro níveis baseados nos escores do Teste de QI, passou-se a ter apenas dois níveis (leve e severo), sendo baseados nos níveis de funcionamento e na necessidade de apoio dos aspectos adaptativos que o indivíduo necessita em suas tarefas do cotidiano (WINNICK, 2004).

Para além destas classificações, evidenciamos que a DI pode se desenvolver de acordo com o período gestacional (pré-natal, perinatal ou pós-natal). As causas de desenvolvimento da DI no período pré-natal podem estar relacionadas a processos infecciosos maternos, tais como, rubéola; ingestão por parte da gestante de alguma substância, como álcool ou drogas; ou mesmo por alterações cromossômicas e/ou mutações genéticas, as quais podem ocasionar a hidrocefalia ou microcefalia. Em meio às causas perinatais destacam-se, principalmente, as situações de anóxia ou hipóxia, que são ausência total ou parcial de oxigênio para o bebê. Por fim, com relação às causas pós-natais ressaltam-se os distúrbios neurológicos adquiridos por exposição à radiação ou a determinados medicamentos; e a desnutrição. Para além destas circunstâncias, recentemente se evidenciou que a privação do convívio com a família e com a cultura, também pode ser um fator de desenvolvimento de um déficit intelectual significativo (DIEHL, 2006; TEIXEIRA, 2008; WINNICK, 2004).

Dentre as muitas síndromes e distúrbios que são consideradas DI, podemos destacar a Síndrome de Down (SD), a qual se apresenta em três níveis distintos: Trissomia do Cromossomo 21<sup>5</sup>; Translocação Robertsoniana<sup>6</sup>; e a Síndrome de Down em Mosaico<sup>7</sup>. Para além desta, ainda citamos o Autismo (AU), que possui uma definição ainda inexata, mas que pode acarretar dificuldades na comunicação, na interação com o ambiente e nas relações interpessoais. A Síndrome de Rett<sup>8</sup>, a Síndrome do X-Frágil<sup>9</sup>, a Síndrome de Turner<sup>10</sup> e a Síndrome de Williams<sup>11</sup> também podem apresentar características que as vinculam a uma DI (DIEHL, 2006).

As características específicas de cada uma das síndromes acima mencionadas representam quase que a totalidade dos enfoques dos estudos localizados na pesquisa bibliográfica, referente à temática da DI (LOPES; MARQUEZINE, 2012; TEIXEIRA, 2008; DIEHL, 2006; SASSAKI, 2004; WINNICK, 2004). Tais produções, portanto, não correlacionam seus resultados a inserção desta parcela da população em contextos sociais, tais como a escola. Consequentemente, a formação e a especialização de professores para atuarem junto destas pessoas, também não foi conteúdo de análise destes estudos.

Estes aspectos corroboram, de certa forma, que o trabalho desenvolvido em escolas ou mesmo em espaços de lazer e/ou programas onde há o contato entre as pessoas com DI e a prática esportiva, ou mesmo com determinado trabalho desenvolvido por professores de Educação Física, por exemplo, ainda carece de registros. Neste sentido, apesar de termos evidenciado através do presente estudo, que medidas legais foram instituídas ao longo dos anos, demonstrando uma preocupação com a inclusão de PCD's no âmbito escolar, a bibliografia consultada sugere que a temática da atividade física voltada as PCD's e, especialmente, às PCDI's está à margem das pesquisas que vem sendo realizadas, especialmente, no âmbito acadêmico.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender como ocorre a formação de professores de Educação Física para atuação junto das pessoas com deficiência, especialmente aquelas com deficiência intelectual, a partir de uma pesquisa bibliográfica. Verificou-se um número reduzido de publicações sobre a referida temática e, ainda, observou-se que algumas bibliografias utilizaram os termos Atividade Física e Educação Física com significado semelhante. Contudo, o material bibliográfico consultado nos permitiu chegar a algumas considerações.

Dentre as questões que emergiram do estudo destaca-se as visíveis lacunas existentes na formação de profissionais de Educação Física no que concerne ao preparo para atuação junto das pessoas com deficiência e, mais especificamente, do público com deficiência intelectual. Além disso, grande parte dos estudos localizados foi realizada durante os últimos anos o que, talvez, possa ratificar uma recente preocupação na busca de estratégias e mesmo de capacitação de profissionais para o trabalho com as pessoas com DI. Mediante as informações apresentadas, evidenciamos a necessidade de realização de mais estudos, de revisão bibliográfica e/ou empíricos, que se dediquem a apresentar as diferentes interfaces da inclusão, especialmente, das pessoas com deficiência intelectual, bem como da formação de profissionais para atuação neste campo.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM –V**. São Paulo: Manole, 1994.

ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidades**. Campinas/SP: UNICAMP, 1997. Tese de doutorado, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

BEGOSSI, Tuany Defaveri. **As atletas pioneiras no cenário paralímpico sul-rio-grandense: nuances de uma prática esportiva**. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2015. Trabalho de conclusão de curso, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

BORELLA, Douglas Roberto. **Atividade física adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de educação física**. São Carlos/SP: UFSCar, 2010. Tese de doutorado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 69.450**, de 1 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d69450.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm)>. Acesso em: 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto-Lei nº 8.270**, de 3 de dezembro de 1945. Altera disposições do Decreto-lei número 1.212, de 17 de abril de 1939. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=29833>>. Acesso em: 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 12.796**, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais de educação física e dar outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm)>. Acesso em: 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.696**, de 1º de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/104896.pdf>>. Acesso em: 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Medida Provisória n. 765**, de 16 dezembro de 1994. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1994/medidaprovisoria-765-16-dezembro-1994-377237-norma-pe.html>>. Acesso em: 2016. 1994a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Ministerial MEC n. 1793**, de 27 de dezembro de 1994. Recomenda a inclusão da disciplina "Aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais", nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria1793.pdf>>. Acesso em: 2016. 1994b.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução n. 03**, de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Disponível em: <[http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol\\_cfe\\_3\\_1987.pdf](http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf)>. Acesso em: 2016.

COSTA, Alberto Martins da Costa; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n.3, p. 27-42, maio, 2004.

CRUZ, Gilmar de Carvalho. Formação profissional em Educação Física à luz da inclusão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADE MOTORA ADAPTADA, 4., 2001. Curitiba. **Anais...** Curitiba: Editora, 2001. p.108-110.

DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças**: jogos para crianças e jovens com deficiência. São Paulo, SP: Editora Phorte, 2006.

FILUS, Josiane; MARTINS JUNIOR, Joaquim. Reflexões sobre a formação em educação física e a sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 79-87, 2º sem. 2004.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 3, p. 487-506, Jul.-Set., 2012.

MAGALHÃES, Carlos Henrique Ferreira. Breve histórico da Educação Física e suas tendências atuais a partir da identificação de algumas tendências de ideais e ideias de tendências. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 91-102, 1 sem 2005.

MAZO, Janice Zarpellon; CARMONA, Eduardo Klein; HATJE, Marli. Memórias do Esporte Paralímpico no Brasil: um estudo sobre a participação de atletas brasileiros nos Jogos Paralímpicos. *In: XI Seminário Internacional de Educação Física e Saúde – Perspectivas de Desenvolvimento num Mundo Globalizado*, 2015, Porto/Portugal. **Anais...** Porto: Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico do Porto, 2015, p. 418-426.

MELLO, Marco Túlio de; WINCKLER, Ciro. **Esporte paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Deficiência mental ou deficiência intelectual**. s.l., dez.2004. Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/textos/deficiencia-mental-ou-deficiencia-intelectual/>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SCHMITT, Jessica Aline; BORELLA, Douglas Roberto; HARNISCH, Gabriela Simone; STORCH, Jalusa Andréia. Percepção dos acadêmicos de educação física em relação à formação profissional para atuação junto à alunos com deficiência. **Revista Kinesis**, Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 40-54, jan./jun. 2015.

SILVA, Diorges Ricardo da; FERREIRA, Juliana Saraiva. Intervenções na educação física em crianças com Síndrome de Down. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 69-76, 1. sem. 2001.

SILVA, Rita de Fátima; SEABRA JUNIOR, Luiz; ARAÚJO, Paulo Ferreira. **Educação física adaptada: da história a inclusão**. São Paulo: Phorte, 2008.

SOUZA NETO, Samuel *et al.* A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.

SOUZA, Loyana da Costa. **Formação de professores no curso de educação física da UEPA: a inclusão escolar de pessoas com deficiência**. Belém/PA, 2014. Dissertação de mestrado, Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, 2014.

TEIXEIRA, Luzimar. **Atividade física adaptada e saúde: da teoria à prática**. São Paulo: Phorte, 2008.

VITALIANO, Célia Regina. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.13, n.3, p.399-414, set./dez. 2007.

WINNICK. Joseph P. **Educação física e esportes adaptados**. Barueri, SP: Manole, 2004.

**Notas:**

<sup>2</sup> Destacamos que no tempo presente não se utiliza mais o termo "Portadora de Necessidades Especiais (PNE's)", mas, sim, "Pessoas com Deficiências (PCD's)".

<sup>3</sup> A deficiência mental é caracterizada por um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994).

<sup>4</sup> A doença mental engloba uma série de condições que afetam o desempenho da pessoa na sociedade, além de causar alterações de humor, bom senso e concentração. As doenças mentais podem ser divididas em dois grupos, neuroses e psicoses. As neuroses são características encontradas em qualquer pessoa, como ansiedade e medo, porém exageradas. As psicoses são fenômenos psíquicos anormais, como delírios, perseguição e confusão mental (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994).

<sup>5</sup> Presença de um cromossomo a mais no par 21. Ocorre em 95% dos casos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994).

<sup>6</sup> Caracterizada por uma translocação entre o cromossomo 21 e um dos demais cromossomos, geralmente o 14 ou 22. Ocorre em cerca de 4% dos casos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994).

<sup>7</sup> É provável que a maioria provenha de zigotos com trissomia do 21. Ocorre em 1% dos casos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION IV, 1994).

<sup>8</sup> A Síndrome de Rett é definida como uma desordem do desenvolvimento neurológico, relativamente rara. A prevalência desta síndrome é de uma em cada 10.000-20.000 pessoas do sexo feminino (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994).

<sup>9</sup> A Síndrome do X-Frágil é uma condição de origem genética considerada a causa mais frequente de comprometimento intelectual herdado. As pessoas afetadas apresentam retardo no desenvolvimento (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994).

<sup>10</sup> A Síndrome de Turner é uma doença genética bastante rara que afeta somente indivíduos do sexo feminino. Estima-se que cerca de 1% das pessoas que a possui sobrevivem. É caracterizada por uma monossomia do cromossomo "X", o que significa que ao nascerem, as mulheres têm apenas um cromossomo "X", ao invés de dois (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994).

<sup>11</sup> A Síndrome de Willians é uma desordem genética, raramente com manifestação hereditária, que ocorre em, aproximadamente, uma em cada 25.000 crianças nascidas. Apresenta impacto nas áreas comportamental, cognitiva e motora (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994).